

Pais de estudantes pressionam pela volta das aulas presenciais



Governo de SP

Pais e responsáveis por alunos de escolas particulares da capital irão se reunir no último domingo (24), mais uma vez, para cobrar que as aulas presenciais retornem. O movimento "Escolas Abertas Cuiabá" conta com quase dois mil adeptos nas redes sociais e aplicativos de mensagens, que se organizam para a realização da terceira carreta pelas ruas da capital. A expectativa é que o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) autorize o retorno às aulas presenciais no dia 2 de fevereiro. Os participantes do movimento também questionam as razões pelas quais bares, restaurantes, shoppings e eventos para até 100 pessoas foram autorizados, mas as escolas não

PÁG. 6

Sem festa, feriado de Carnaval deve virar dia de trabalho



Toninho Tavares/Agência Brasília

A fim de frear o aumento de casos de contágio pelo novo coronavírus na capital, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) quer transformar em dia útil o feriadão de Carnaval, entre os dias 15 e 16 de fevereiro e até às 14h do dia 17 (quarta-feira de cinzas). Os festejos já estão cancelados e agora está sendo analisada a possibilidade de suspender o ponto facultativo. O prefeito disse ainda que não deve adotar novas medidas restritivas. Em breve um projeto de lei que prevê medidas mais duras para casas de espetáculos deve ser encaminhado à Câmara Municipal de Cuiabá

PÁG. 5

Deputados vão ajudar na compra da vacina

Os deputados estaduais estão dispostos a destinar parte do duodécimo para ajudar o governador Mauro Mendes (DEM) na compra de vacinas contra a covid-19. Em 2020, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso devolveu R\$ 80 milhões ao governo e, com base nisso, o deputado Max Russi (PSB) assegurou que haverá condições de devolver mais recursos para viabilizar de forma rápida a compra de imunizantes

PÁG. 3

TJ nega pedido de liberdade da menor

PÁG. 6

Mauro negocia 1 milhão de vacinas

Após receber 126.160 doses da CoronaVac enviados pelo Ministério da Saúde, que irá contemplar 60.074 pessoas em Mato Grosso, com duas doses, o governador Mauro Mendes revelou que já começou as tratativas com laboratórios internacionais para adquirir mais 1 milhão de doses de vacina contra a covid-19. O governador revelou que tentou comprar doses diretamente com a Pfizer, mas não foi possível. Agora, busca contato com dois laboratórios chineses para adquirir doses do imunizante

PÁG. 4

Busca por empréstimos dobrou

Pesquisa realizada pelo Sebrae Nacional aponta que os donos de pequenos negócios no Brasil buscaram duas vezes mais créditos bancários em 2020 que em 2019. Nos últimos seis meses, o grupo passou de 18% para 38%. Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, criado na pandemia pelo governo federal, respondeu por mais da metade dos empréstimos novos, com 55%. Os recursos foram utilizados principalmente para capital de giro

PÁG. 7

Após 35 anos, MT volta à elite



PÁG. 7

EDITORIAL

Mais que quatro linhas

Faz 35 anos que os mato-grossenses não veem um time representando nosso estado na Primeira Divisão do futebol brasileiro. A última vez que isso aconteceu foi em 1986, com o Operário. Muitos de nós sequer éramos nascidos. Mas essa história está prestes a mudar. Com uma campanha brilhante, o Dourado encerra sua participação na temporada 2020 classificado para disputar na elite do futebol brasileiro, uma ótima notícia não apenas para os fãs do esporte bretão, mas também para os

empresários mato-grossenses, principalmente do setor de turismo, um dos mais impactados pela pandemia de covid-19.

Fundado em 2001, o Cuibá pode dizer com orgulho que teve uma trajetória rápida de sucesso. Em seus poucos anos de existência, deixou na poeira três equipes que fizeram história em Mato Grosso: Operário, Mixto e Dom Bosco. Já ganhou nove vezes o campeonato Mato-grossense, chegou onde nenhum outro time de nosso estado já tinha che-

gado na Copa do Brasil e, de quebra, é agora 'o caçula' na próxima temporada da Série A. Um feito e tanto para um clube que ainda está 'deixando a adolescência'.

A campanha do Cuibá nesta edição da Série B é brilhante, marcada por altos e baixos. O time liderou o campeonato durante uma boa fase e ficou apenas nove rodadas fora do G4, mas também sofreu com uma pesada traição em um dos momentos mais importantes desta fase. O clube não se deu por vencido, correu atrás do prejuízo e conseguiu recuperar a boa forma, fazendo valer o apelido de Dourado. Por esse e outros motivos, a subida para a Sé-

rie A é um feito a ser comemorado intensamente.

Os efeitos dessa conquista histórica não estão restritos às quatro linhas. Existe uma expectativa muito forte de que a presença do Cuibá na Série A do Brasileirão fortaleça o setor de turismo e hospitalidade em Mato Grosso, ajudando o setor a se recuperar da terrível crise que o assolou durante a pandemia.

Essa expectativa não é descolada da realidade. A visita frequente de grandes times à Arena Pantanal traz consigo uma legião de torcedores, que certamente irão despejar suas economias nos restaurantes próximos, irão passear pela ci-



dade e, se for feito um bom trabalho de hospitalidade, podem estender sua estadia para conhecer os atrativos do interior de Mato Grosso. Não será uma nova Copa do Mundo, claro, mas seu impacto será melhor diluído ao longo dos meses e anos em que o Dourado conseguir se manter na elite. Torcemos para o melhor.

Avante Dourado!

Mourão deve assumir

Antero Paes de Barros (*)

O presidente Jair Bolsonaro não tem mais condições de liderar o país. E foi ele mesmo quem criou essa situação de isolamento nacional e internacional, com graves consequências para a população, sendo a maior delas a aceleração no número de mortes.

Sim, Bolsonaro é o responsável pela crise ter aumentado, pelo aumento no número de casos e pelo aumento vertiginoso no número de mortes, por causa da covid. Ele é o maior aliado do vírus em território nacional. Sempre debochou da doença, chamando-a inicialmente de gripezinha e mesmo agora, depois das mais de 210 mil mortes, continua agindo no picadeiro de forma a dificultar a situação de volta à normalidade do país.

Bolsonaro não tem nenhuma coerência. Seguidamente vem cometendo crimes ao receber e recomendar a utilização da hidroxicloroquina, remédio que o mundo já atestou que não faz nenhum combate ao coronavírus.

Mas o presidente continua tentando impor a sua utilização. A Procuradoria Geral da República já perdeu a hora de mandar investigar os motivos que levaram Bolsonaro a fazer o Brasil gastar mais de R\$ 300 milhões para a produção e distribuição de um remédio que não faz nenhum efeito contra a covid-19. Crime contra a saúde, crime contra a economia. Existe alguém ganhando com isso?

Na semana passada, com os cidadãos amazonenses morrendo por asfixia, por falta de oxigênio, Bolsonaro mandou o seu ministro da saúde, General Pazuolo, para tentar impor a utilização preventiva da hidroxicloroquina como tratamento precoce e comprovadamente ineficaz.

A incompetência do governo brasileiro é tamanha que até o ditador venezuelano Nicolas Maduro apiedou-se do povo amazonense e mandou a sua contribuição à população com carregamentos de cilindros de oxigênio.

Um gesto que se não resolve todos os problemas de Manaus serve para aumentar os do presidente Bolsonaro, a esta altura, completamente perdido e vítima das tramas que ele mesmo articulou.

Bolsonaro tem que ser afastado urgentemente. Rodrigo Maia precisa dar início ao processo de impeachment. O Brasil não suportará esperar pelo novo presidente da Câmara dos Deputados. Bolsonaro está isolado e o Brasil, como consequência, isolando-se.

Graças ao governador João Dória, de São Paulo, um sopro de esperança existe desde domingo. Mas a nossa situação continua muito frágil e por culpa exclusivamente deste governo incapaz de Jair Bolsonaro.

Bolsonaro e seu ministro das Relações Exteriores usou e abusou de críticas aos chi-

neses, fazendo blaque com a vacina chinesa e dizendo que o Brasil apostava mesmo na de Oxford. Resultado: a Anvisa atestou a eficiência da Coronovac – vitória de Dória e derrota de Bolsonaro – e a China paralisou a entrega de produtos primários para que possam ser fabricadas as vacinas de Oxford e da própria Coronovac, no Brasil.

Bolsonaro criticou publicamente a vacina da Pfizer e disse que ela, a Pfizer, fazia exigências descabidas ao Brasil, por isso não se interessou por sua compra. Até o momento a russa Sputnik não consegue iniciar um processo para ser aceita no Brasil. A de Oxford depende de produtos primários chineses e não há boa vontade em entregá-los.

Resta, portanto, a esperança de que, com mais habilidade, Dória consiga para o Butantan, os produtos chineses para não parar a produção. Enquanto isso, os hospitais vão enchendo e os brasileiros morrendo e o Congresso não tem coragem de interditar este mandato desastroso de Jair Bolsonaro.

Bolsonaro isolou o Brasil. Até o final de semana passada continuava dando razão a Trump, dizendo sem nenhuma prova que a eleição americana foi fraudada. Com certeza não contará com a boa vontade dos que passam a governar os Estados Unidos a partir deste 20 de janeiro.

Bolsonaro abriu crise com a Europa, especialmente com a França e, por culpa

dele, o Brasil e todos os países do Mercosul perderam um tratado com a Europa que poderia melhorar a vida de todos os países do Mercosul.

Agora vem o troco da China, mostrando claramente que nessas relações globais, o Brasil é que precisa tratar bem os seus parceiros, principalmente os mais fortes.

Outras autoridades brasileiras estão tentando resolver o problema. João Dória, governador de São Paulo, tem atuado para ajudar nesse sentido. Rodrigo Maia, o presidente da Câmara dos Deputados, que já fez contato com a embaixada da China para encaminhar o problema. E o vice-presidente Mourão, que diz ter boas relações com o vice chinês, também se dispôs a ajudar.

Enciumado e isolado, Bolsonaro não dá o braço a torcer e dificulta quem quer e pode ajudar.

Isso tudo é mais que suficiente para acionar o mecanismo do impeachment. O Brasil já não tem presidente. Que venha Mourão; o remédio constitucional.

ANTERO PAES DE BARROS é advogado e jornalista. Foi vereador, deputado constituinte e senador da República.



Os efeitos do stay period

Paloma de Paula Orrigo (*)

Como observado pela lei anterior – Lei n. 11.101/2005, a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Dessa forma, as empresas em crise econômica, em observância aos requisitos estabelecidos pelo artigo 48 da Lei citada, ajuizavam o pedido de recuperação judicial, observando também o artigo 51, apontavam as razões e a necessidade da concessão da recuperação judicial, e ainda, juntavam o rol da documentação comprobatória que visava demonstrar a real necessidade do deferimento.

Contudo, com a proliferação do COVID-19 pelo Brasil, e o fechamento do comércio, de órgãos públicos, bem como, com as medidas sanitárias de contenção do vírus, algumas empresas encontraram-se em uma situação bem peculiar, visto que não conseguiram organizar ou solicitar as documentações necessárias preconizadas pela Lei Falimentar em tempo hábil,

o que poderia ensejar em inúmeros prejuízos à Requerida, como penhora nas contas, arrestos ou outra medida de constrição/expropriação em virtude de medidas constritivas decorrentes de ações de execução contra si ajuizadas, comprometendo todo o soergimento da atividade empresarial ou da atividade rural do produtor rural.

Com o advento da nova Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei n. 14.112/2020) sancionada em 24/12/2020 pelo Presidente da República, foram observadas algumas alterações, uma vez que tal situação não poderia ser razão de prejudicar ou comprometer ainda mais a crise econômica que aquele empresário vem passando.

Uma dessas mudanças foi a possibilidade de concessão de tutela provisória para antecipar os efeitos do período de blindagem antes do deferimento da Recuperação Judicial da empresa e/ou produtor rural, suprimindo uma lacuna na lei anterior, bem como, superando antiga divergência doutrinária sobre a possibilidade de antecipação de tutela em ações constitutivas.

A nova lei preconiza em seu artigo 6º, § 12 a possibilidade do juiz, nos moldes do art. 300 do Código de Processo Civil de antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da Recuperação Judicial.

Para um melhor entendimento, podemos vislumbrar que o empresário em crise (ou produtor rural), não poderia aguardar o deferimento do processamento do seu pedido de Recuperação Judicial em razão da atipicidade da situação econômica e sanitária que o Brasil se encontrava, sem ao menos, ter chance de renegociar suas dívidas com o auxílio do poder Judiciário.

Tal exemplo iria ao encontro com o princípio basililar da Lei Falimentar: o princípio da preservação da empresa, a qual aponta que o objetivo da Recuperação Judicial seria de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Vale destacar que diante da sensibilidade do tema, os Tribunais já vêm demonstrando sensatez na análise dos pedidos de antecipação dos efeitos da blindagem. Nesse ponto, vale destacar a decisão proferida pela Juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do pedido de Recuperação Judicial formulado pela Associação Sociedade Brasileira de Instrução – ASBI e Instituto Cândido Mendes – ICAM,

processo nº 0093754-90.2020.8.19.0001, que, a partir da análise do contexto histórico, da função social e da adequação do ordenamento jurídico à concepção moderna da atividade empresarial, deferiu a tutela provisória de urgência para antecipar os efeitos do stayperiod, a contar do protocolo da petição inicial.

Dito isto, a possibilidade de antecipação dos efeitos do stayperiod é uma garantia ao empresário de que o Poder Judiciário, quando demonstrada a necessidade e urgência, irá socorrê-lo, ainda que sem o preenchimento dos requisitos preconizados, para que dessa forma, tenha tempo hábil e consiga providenciar as documentações necessárias ou ainda, garantir o funcionamento da atividade empresarial até o deferimento do processamento, após análise pormenorizada do laudo judicial elaborado pelo Perito Judicial em sua Constatação Previa.

DRA. PALOMA DE PAULA ORRIGO RIBEIRO LEITE é advogada da área de recuperação judicial e atua no escritório Mestre Medeiros Advogados Associados. E-mail: contato@mes-tremedeiros.com.br



Saldo devastador

Lourenbergue Alves (*)

A arena política é rica em divergências de ideias, discordâncias e posicionamentos distintos. E é exatamente isso que a torna sedutora, instigadora e necessária. Necessária e imprescindível. Até porque toda e qualquer sociedade humana sempre se constitui pela pluralidade, jamais pela uniformidade, ainda que, em muitos momentos, uma Nação e outra tenham ficado sob o signo de ditaduras e instalados totalitaris-

mos. Regimes, evidentemente, que forçam e obrigam o discurso único. Forçam e obrigam. Além de forçarem e obrigarem, claro, fizeram tudo para impedir o surgimento de posições que lhes fossem contrárias, e, ao identificarem tais situações, perseguiram, prenderam, torturaram e mataram os "indesejados". "Indesejados" sob a ótica dos ditadores e totalitários, evidentemente. Felizmente, se é que se pode usar este termo, sobreviveu o óbvio: o plural. Aliás, o próprio viver democrático se fortalece e

se consolida com a pluralidade de ideias, de posicionamentos. E todo posicionar-se, independentemente de qual assunto ou situação seja, obviamente, é uma ação política.

Ainda que haja, e sempre há quem nega a existência de tal ação por parte dos "não políticos". Negam, no exato instante em que concebem a atividade política apenas para alguns poucos, "os escolhidos", e, entre estes, senão em sua maioria, os que rejeitam quem deles divergem. Rejeitados que são, por aqueles, transformados em inimigos, não simplesmente adversários. Isso é alimentado, realimentado, ainda que se tenham arranjos e rearranjos políticos. Mas, nem isso, claro, faz com que aqueles venham a mudar de comportamento, pois só sabem cantarolar o samba de uma nota só. E, desse modo, reforçam o que nunca deveriam reforçar-se: o fazer política com revanchismo, vingança e inimigos.

Tripe condenável. Abominável. Porém, estranhamente, bastante em voga hoje em dia. Não apenas nas mais distantes paragens, nem apenas por parte dos vizinhos, mas também por aqui, tanto no âmbito nacional quanto no estadual e municipal. Veja leitor(a), por exemplo, a briga de rua entre o governador e o prefeito da capital. Briga motivada por aquele tripe, tanto quanto o é alimentada ou realimentada. Governantes que se comportam como chefetes e coronéis da política regional. E, ao se comportarem desse jeito, e considerarem adversários em inimigos e se sentirem motivados pela revanche e pela vingança, desvirtuam sobremaneira os conceitos da arte da política.

Arte tão realçada e valorizada por Aristóteles. Imprescindível na vida humana.

Afinal, está presente cotidianamente em todas as ações das pessoas, até mesmo em muitos de seus desejos, ainda que parte delas não tenha ciência disso. Até porque as reivindicações foram um dia apenas desejos e vontades, e, em cada uma destas fases, se é que se pode chama-las desse modo, a política esteve e está presente. E o que se reivindica pode virar a ser lei, iniciativa que possa minorar as dificuldades de um grupo ou de todos. Mesmo que não a se tornar lei ou programa, jamais deixará de ser uma ação, um manifestar-se, posicionar-se, e, portanto, política. Daí a necessidade sempre de conceituar a política, e são vários seus conceitos, mas um deles é importante que se repita aqui: política é a gestão dos desejos em conflitos, assim como a gestão dos desejantes conflitantes. Isto é basililar. Tanto quanto a necessidade de se saber que uma administração pública, qualquer que seja ela, não importa, deve estar voltada para o bem comum, direcionada para a coletividade. O desconhecimento ou o descartar disso, sem dúvida, traz enorme prejuízo. Prejuízo imensurável. Igual prejuízo se tem e terá quando o chamado político, ainda por cima com cargo, motiva-se por revanches, vinganças e considera quem dele diverge ou se posiciona diferente, inimigo. Pobre Nação, país, Estado e município. Saldo devastador. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

AJUDA NECESSÁRIA

Dispostos a ajudar o governo na compra de doses da vacina para combate da covid-19, os deputados avaliam destinar parte do duodécimo

Assembleia irá devolver dinheiro

Gilberto Leite

**Da redação**

O deputado estadual Max Russi (PSB) disse nesta quinta-feira (21), em conversa com jornalistas, que os parlamentares estão dispostos a ajudar o governo do Estado na compra de doses de vacinas para combater a covid-19. Para isso, basta apenas o governo encontrá-las para a aquisição.

De acordo com Russi, que é primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, os parlamentares

estão dispostos a destinar parte do duodécimo para ajudar o governador na compra de vacinas.

“Se o governo achar, com condições de comprar, a Assembleia Legislativa e todos os seus deputados em nenhum momento se furtariam de destinar esses recursos para a compra de vacina, que seria um grande ganho para Mato Grosso. Primeiro nós começaríamos a aquecer a nossa economia de forma mais rápida, segundo a questão da saúde, das dificuldades que estamos aí com a questão de leitos, transtornos. Sem sombra de dúvidas seria um grande investimento da Assembleia”, disse.

Max lembra que, em 2020, a AL devolveu R\$ 80 milhões ao governo. É com base nisso que o parlamentar assegura que, se o governo pre-

cisar, a Assembleia terá condição de devolver mais recursos para viabilizar de forma rápida a compra de doses da vacina.

Na última quarta-feira (20), o governador Mauro Mendes (DEM) pediu ajuda ao Instituto Sociocultural Brasil China (Ibrachina) para articular a aquisição de 1 milhão de doses de vacinas produzidas por indústrias chinesas.

Mauro tem tentado doses das vacinas diretamente das indústrias farmacêuticas Sinovac (que produz a Coronavac junto ao Instituto Butantan) e Sinopharm (cuja vacina está sendo usada na China).

O diretor presidente do Ibrachina, Thomas Law, afirmou que a solicitação do governador já está “na lista de prioridades”.



O deputado estadual Max Russi (PSB) disse que os parlamentares estão dispostos a ajudar o governo de Mato Grosso

INDEA-MT

Após denúncia de assédio, mulher assume presidência

Gabriel Soares

Emanuele Gonçalves de Almeida foi nomeada presidente do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea). O ato foi publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado (Iomat) da última quarta-feira (20).

Emanuele assume o cargo após a exoneração de Marcos Catão, que pediu afastamento do órgão para poder se defender da denúncia de assédio sexual formulado por uma ex-assessora.

Emanuele já atuava como diretora adminis-

trativa do Indea e estava respondendo interinamente pela presidência. Com a nomeação, passa a exercer o cargo de forma efetiva. Contudo, ainda há uma disputa interna no órgão pelo cargo máximo.

O caso de assédio foi amplamente noticiado depois que uma jovem de 19 anos, ex-assessora de Catão, procurou a Polícia para registrar um boletim de ocorrência contra o ex-presidente da autarquia. Ela conta que trabalhava com Catão há mais de sete meses e, quando ele foi nomeado presi-

dente, resolveu chamá-la para ser sua assessora especial.

Segundo o boletim de ocorrência, em novembro do ano passado, a jovem entrou na sala de Catão para trocar garrafas de água quando ele começou a assediá-la, massageando o pênis sobre a calça na sua frente, enquanto conversava com ela.

A jovem chegou a ir trabalhar no dia seguinte, mas após conversar com o pai sobre o ocorrido, resolveu deixar o emprego e denunciar o caso de assédio. O caso ainda está sendo investigado.

IMUNIZAÇÃO

"A fila anda, não irá estocar as vacinas", alerta Mendes

Da Redação

O governador Mauro Mendes (DEM) disse, na última terça-feira (19), que seria “inócuo” debater sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19, já que o governo ainda não tem o número de doses necessárias para vacinar toda a população mato-grossense.

Mauro destacou que a vacinação não é obrigatória no estado e avisou que não irá estocar as vacinas caso as pessoas que pertencem à primeira fase não compareçam às unidades de saúde.

“Como nós temos uma escassez muito

grande, acho que seria um pouco inócuo falar em obrigatoriedade. Por enquanto a vacina é livre, não tem nenhuma recomendação a nível nacional, muito menos estadual, para que seja obrigatório”, disse.

“As pessoas que estão dentro daquele grupo prioritário, elas vão ter a disponibilidade de tomar a vacina. Se ela não comparecer dentro de um prazo, eu não vou ficar estocando vacina não. A fila anda e nós vamos passar para os próximos grupos”, ressaltou.

PROJETOS DE LEI – Questionado sobre os projetos que forma

apresentados na Assembleia Legislativa sobre o assunto, Mauro disse que o momento é ruim para discutir o assunto, porque não há doses suficientes para vacinar uma grande massa populacional.

“Vamos falar em obrigatoriedade quando nós tivermos a disponibilidade de ofertar para população”, frisou.

A vacinação em Mato Grosso começou na última segunda-feira (18), quando o Estado recebeu 126.160 doses da Coronavac, o que, segundo o governo, dá para vacinar pouco mais de 60 mil pessoas.

QUARENTENA OBRIGATÓRIA

Deputado Lúdio Cabral teme colapso e recomenda novo 'lockdown'

Da Redação

O deputado estadual e médico sanitário Lúdio Cabral (PT) enviou, na última quinta-feira (21), um ofício ao governador Mauro Mendes (DEM) requerendo que sejam decretadas as medidas de restrição de circulação de pessoas e aglomerações previstas na classificação de risco muito alto do Decreto Governamental 522/2020, com quarentena em todo o território estadual e fechamento de atividades não essenciais.

“Se não forem adotadas quarentena rigorosa por no mínimo duas semanas, o que está acontecendo hoje no Amazonas pode acontecer em Mato Grosso em poucas semanas”, alertou Lúdio. Ele destacou que o número de casos novos e de óbitos por covid-19 em Mato Grosso está em crescimento acelerado, e chegou a uma média móvel (de 7 dias) de 1.374 casos novos e 21 óbitos na quarta-feira (20). A taxa de contágio também está em crescimento e alcançou o índice de 1,25, o que significa que cada 100 pessoas transmitem a doença para outras 125.

No documento, Lúdio apresentou a projeção de que o sistema de saúde de Mato Grosso

entrará em colapso no início de fevereiro. “O crescimento observado na taxa de ocupação de leitos de UTI adultos nos últimos 14 dias, de 56,1% no dia 06/01/2021 para 73,2% no dia 20/01/2021 (crescimento de 29,2% em 14 dias), o que aponta para ocupação total desses leitos até o dia 07/02/2021”, disse.

Os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica já estão esgotados. “Considerando o crescimento observado na taxa de ocupação de leitos de UTI pediátricos nos últimos 14 dias, de 46,7% no dia 06/01/2021 para 100,0% no dia 20/01/2021 (crescimento de 114,1% em 14 dias); ou seja, já não há mais leitos de UTI disponíveis no SUS para crianças com covid-19 grave em Mato Grosso”, observou.

Lúdio citou também a existência no Brasil de variantes do vírus mais contagiosas, que podem já estar circulando em Mato Grosso, e a “impossibilidade atual de implementação adequada do Plano Estadual de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, que decorre da insuficiência de imunobiológicos (vacinas) sequer para alcançar cobertura efetiva nos grupos prioritários da fase 1, e a absoluta ausência de perspectivas para acesso a

um quantitativo adequado de imunizantes”.

Desde março de 2020, Lúdio Cabral vem monitorando a evolução da pandemia em Mato Grosso e fazendo projeções da tendência da curva epidêmica. Para garantir a adesão da população à quarentena, ele recomendou que o governo promova campanha de divulgação para orientar a população sobre a necessidade dessas medidas e de restringir a circulação.

Lúdio recomendou ainda que o governo mude a forma de calcular a Taxa de Crescimento da Contaminação, passando a calcular a média móvel de 14 dias do número de casos novos notificados no dia da divulgação do boletim epidemiológico e a mesma média móvel de 14 dias antes. Esse é o conceito adotado pelas autoridades sanitárias e pelo consórcio dos veículos de imprensa que monitoram a pandemia, e traz um panorama mais fiel da realidade.

“O indicador adotado pelo governo estadual, ao considerar a evolução do número de casos acumulados, não consegue expressar de forma adequada a velocidade de crescimento no número de casos de covid-19 e de expansão da epidemia”, explicou Lúdio.

PREVIDÊNCIA

Mauro veta projeto de lei que isenta contribuição

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) oficializou na última quarta-feira (20) o veto ao projeto de lei que isenta da contribuição previdenciária de 14% os servidores aposentados e pensionistas que recebem até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil. O veto segue recomendação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que apontou vício insanável de iniciativa, já que o projeto deveria ter sido encaminhado pelo Executivo e não pelo Legislativo.

Ao justificar o veto, o governador destacou que não foi apresentado sequer um estudo de impacto orçamentário-financeiro do sistema previdenciário que mostre de onde o governo irá tirar o dinheiro para bancar as isenções.

“Conquanto possa parecer em uma primeira análise justo que os inativos sejam isentos, e que aqueles que percebem maiores remunerações arquem com maiores alíquotas, tal forma de enfrentamento não seria suficiente para equacionar o déficit, e levaria, indispensavelmente, à cobrança de alíquotas extraordinárias de todos os contribuintes da previdência social, situação que transferirá aos servidores ativos todo o custo da isenção que se pretende conceder através do Projeto de Lei Complementar no 36/2020 aos servidores inati-

vos”, diz trecho da mensagem encaminhada à Assembleia.

Mauro destacou ainda que a massa de servidores da ativa que contribuem com o sistema previdenciário recebe os menores salários. Desta forma, mesmo que se optasse por sobrexá-los com uma contribuição extraordinária, persistiria o déficit no MT Prev.

Ele lembrou ainda que estudos realizados durante as discussões sobre a reforma da Previdência mostraram que “quanto maior fosse a faixa de isenção, maior se revelaria a necessidade da adoção de medidas de compensação para diminuição do déficit, dentre as quais apresentam-se as alíquotas progressivas, maiores em razão do faixa salarial, bem como as alíquotas extraordinárias, cobradas de todos os contribuintes”.

ISENÇÃO – O projeto de lei complementar nº 36/2020 foi proposto pelo deputado Lúdio Cabral (PT) para aliviar o peso da contribuição previdenciária sobre os aposentados e pensionistas que recebem abaixo do teto do INSS, hoje fixado em R\$ 6,4 mil.

Após meses de debate e em busca de consenso com o governo, os deputados aprovaram em segunda votação o PLC. À época, os deputados também afirmaram que se mobilizariam para derrubar o possível veto do governo à matéria.

IMUNIZAÇÃO

Governador de MT começou tratativas com laboratórios internacionais para comprar 1 milhão de doses de imunizantes contra a covid-19

Mauro articula compra de vacinas

Gilberto Leite



Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) comentou que o governo começou as tratativas com laboratórios internacionais para comprar 1 milhão de doses de vacina contra a covid-19. A informação foi revelada na última terça-feira (19), durante conversa com a imprensa.

Mauro revelou que o governo tentou comprar vacinas diretamente com a Pfizer, mas a em-

presa respondeu que só negocia com governos federais. Agora, segundo Mendes, o Executivo busca contato com dois laboratórios chineses para a aquisição dos imunizantes.

“Estamos agora com outros dois laboratórios tentando contato, via embaixada, que são Sinopharm e Sinovac. São dois laboratórios chineses, sendo que um produz a Sinovac, a vacina que estamos inclusive distribuindo neste momento. Ela veio importada da China e foi exportado para o Brasil os princípios ativos para o Butantan produzir”, explicou.

Mauro revelou também que busca diálogo com o governo da Bahia para saber como andam as tratativas para aquisição da vacina russa Sputnik.

Existe uma expectativa para que novas doses da Coronavac, produzidas no Instituto Butantan, cheguem a Mato Grosso no final deste mês, mas as informações ainda não foram confirmadas pelo Ministério da Saúde. Na última segunda-feira (18), Mato Grosso recebeu o primeiro lote da vacina contra covid-19.

No primeiro momento foram recebidas 126.160 doses, que irão contemplar 60.074 pessoas, com duas doses. Segundo o governo do Estado, na primeira fase serão vacinados os profissionais da Saúde, pessoas acima dos 75 anos e acima dos 60 anos que vivem em instituições de longa permanência (asilos e clínicas psiquiátricas), e indígenas que vivem em aldeias.



Governador Mauro Mendes (DEM) deu início às tratativas para compra de 1 milhão de doses de vacina

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Governo avalia empréstimo de 100 milhões de dólares

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) anunciou na última terça-feira (19) que pretende fazer um empréstimo de US\$ 100 milhões, cerca de R\$ 533 milhões na cotação atual, para realizar investimentos exclusivamente na Educação. O anúncio foi feito durante a assinatura de convênios com prefeitos de 26 municípios, para investimento de R\$ 41,86 milhões na rede estadual de ensino.

“Não fomos pedir isso ao Banco Mundial, ele que veio nos oferecer, porque desde que

os senhores aprovaram [...] aquela reorganização das dívidas do Bank of America, e trocamos para o Banco Mundial, alongando e diminuindo os juros, o banco passou a acompanhar as contas de Mato Grosso. E por ter percebido que o estado de Mato Grosso fez um dos mais importantes [nas palavras deles] programas de recuperação fiscal que eles já viram no Brasil, eles apresentaram para nós oportunidades de novos financiamentos”, revelou Mendes.

A proposta ainda está em análise técnica pela equipe do governo

antes de ser submetida à Assembleia, mas já conquistou o apoio de alguns deputados, entre eles Wilson Santos (PSDB), que não poupou elogios ao governador.

“Eu ainda não vi, governador, e como professor de história também não conheci, talvez Pedro Celestino, alguém que investiu tanto em educação quanto o senhor. Esses 100 milhões de dólares que você tá trazendo, isso é histórico. Isso vai fazer uma diferença extraordinária”, disse Wilson.

Na ocasião do anúncio, Mauro estava reu-

nido com representantes de 26 cidades do interior para assinar 51 termos de convênio para construção e reforma de escolas, além da aquisição de materiais e veículos para o transporte escolar.

O prefeito de Canarana, Fabio Faria (DEM), lembrou de um compromisso firmado pelo governador durante o período de campanha eleitoral, em 2018, e afirmou que a escola já será entregue à comunidade nos próximos meses.

“Nós temos lá um grande anseio da nossa comunidade, que é a

Escola 31 de Março, e ficamos lá uns dois anos com aquela dificuldade, com a escola se deteriorando com o tempo e os alunos estudando em um parque de exposição. Durante a campanha o governador assumiu um compromisso com Canarana e já em 2019 nós estivemos aqui e assinamos um convênio. E este ano nós já entregaremos essa escola”, pontuou.

Mauro lembrou que, somente neste ano, o governo está investindo R\$ 150 milhões na Educação, com obras de em 161 escolas. Para o governador, investir na

estrutura da Educação é fundamental para que haja melhoria do ensino e também do rendimento de alunos, professores e servidores.

“Esse investimento encurta o caminho para o futuro e antecipa o resultado, principalmente, se esse recurso é bem aplicado. O ambiente adequado inspira, motiva e conspira para que qualquer profissional trabalhe até 30% melhor. Esse volume de investimento é para alcançar o nosso objetivo final, que é melhorar o ensino na ponta”, ressaltou.

"JEITINHO" BRASILEIRO

Vereadora denuncia suposto "fura fila" na vacinação

Da redação

A vereadora por Cuiabá Edna Sampaio (PT) denunciou à secretaria municipal de Saúde, Ozenira Félix, que alguns servidores públicos estariam, supostamente, “furando fila” para tomar a primeira dose da vacina contra covid-19 antes dos profissionais médicos da linha de frente. O ofício foi protocolado na última quinta-feira (21).

Cuiabá recebeu pouco mais de 8 mil doses da vacina para iniciar a imunização dos grupos prioritários, em especial os profissionais da área da saúde que atuam na linha de frente do combate ao novo coronavírus.

Segundo Edna, profissionais que atuam nas UTIs com pacientes em estado grave ou entubados não estão sendo vacinados porque outros profissionais, que não são da linha de frente, teriam furado a fila.

“Em contrapartida, funcionários do setor administrativo estariam sendo priorizados em

detrimento da equipe de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes de limpeza das unidades com altíssimo risco de contaminação”, diz parte da denúncia.

A vereadora sugere que seja elaborada uma lista com todos os profissionais que pertencem ao grupo prioritário que já foram vacinados ou que ainda receberão as doses, com o nome, função e unidade de saúde em que atuam.

OUTRO LADO: - A Secretaria Municipal de

Saúde (SMS) informou que foi solicitado a todos os hospitais e unidades pólos para atendimento a pacientes com covid-19 que encaminhassem uma lista de profissionais que atuam na linha de frente.

Somente os servidores que estiverem nessa lista serão vacinados. A SMS informou ainda que vai fazer uma auditoria para apurar a denúncia encaminhada pela vereadora e irá punir quaisquer envolvidos em irregularidades.

CONFIRA A NOTA NA ÍNTEGRA:

“Foi solicitado a todos os hospitais e unidades de Pronto atendimento que atendam pacientes de COVID e unidades de pólo para COVID-19 na Atenção Primária que mandassem listas de trabalhadores que atuam diretamente com estes pacientes. Eles estão aptos a serem vacinados neste momento.

Mesmo que o profissional agende, se o nome dele não estiver na lista de pessoas ap-

tas, ele não poderá ser vacinado.

Sobre a denúncia de pessoas que supostamente teriam “furado fila”, a secretária Ozenira Félix determinou à coordenação da campanha de vacinação que faça uma auditoria na lista de todas as pessoas que foram vacinadas. Caso seja identificado que pessoas foram vacinadas indevidamente, estas pessoas sofrerão sanções administrativas”.

O BICHO VAI PEGAR

Organizadores de eventos serão punidos em nova lei

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) anunciou na última segunda-feira (18), durante o lançamento da campanha “Vacina Cuiabá, a sua vida em primeiro lugar”, que já está trabalhando junto aos vereadores visando criar uma lei rígida para punir organizadores de eventos que causam aglomerações durante a pandemia.

Segundo o prefeito, essa lei será rígida para punir os infratores e a única medida restritiva que pretende tomar para evitar a proliferação da covid-19 em Cuiabá durante a segunda onda. Ele destacou que não pretende mais fazer lockdown, pois a população precisa trabalhar e já conhece as medidas que ajudam a prevenir o contágio.

“A única medida que devo tomar é com relação a eventos privados. Vou encaminhar ao presidente Juca do Guaraná [MDB] uma lei especí-

fica sobre covid-19, no que se refere a eventos privados. Eventos em casa noturnas, shows, boates... será uma lei bem rigorosa”, disse Emanuel.

No último domingo (17), a casa noturna Nuun Garden foi fechada pela terceira vez pela Secretaria Municipal de Ordem Pública, após ser constatado que o local estava operando com capacidade de público acima do permitido. Além disso, os frequentadores não faziam uso de máscaras de proteção, que são obrigatórias.

A Secretaria informou que o local não possui alvará de funcionamento como boate e, caso reabra e promova aglomerações, será fechado e devidamente multado por não cumprir as medidas de biossegurança estabelecidas pelo município.

Já o governador Mauro Mendes (DEM), anunciou que novas medidas restritivas deverão ser tomadas no estado para

conter o avanço do vírus. Na última segunda (18), ele publicou um decreto que proíbe, pelos próximos 45 dias, a realização de eventos sociais, festas, shows, atividades em casas noturnas e confraternizações com mais de 100 pessoas, em espaços privados ou públicos, “inclusive o uso de logradouros públicos, onde haja aglomeração e consumo de bebidas alcoólicas”.

Já os eventos corporativos (organizados por instituições públicas ou privadas) devem respeitar as regras sanitárias e distanciamento social previstas no Decreto 522, de 12 de junho de 2020, como o distanciamento mínimo de 1,5m e uso de máscaras.

“Os prefeitos municipais deverão obrigatoriamente adotar as medidas estabelecidas neste Decreto ou outras mais restritivas, sob pena de responder pelas eventuais consequências de seus atos”, reforça o texto do decreto estadual.

EFEITO COVID

A medida está sendo avaliada afim de evitar a transmissão e contágio pelo novo coronavírus, que vem aumentando desde o início do ano

Feriado de Carnaval é avaliado

Gilberto Leite



Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), quer transformar o feriado de Carnaval em dia útil neste ano. Em entrevista dada na última quarta-feira (20), após o lançamento do Programa Municipal de Vacinação contra covid-19, Emanuel disse que os festejos já estão cancelados e que agora analisa a possibilidade de suspender o ponto facultativo.

A medida é para evitar a transmissão e contágio pelo novo coronavírus, que vem aumentando desde o início do ano.

“Está mantido [o decreto], só não está decidido ainda se vai ser dia normal, ou não, o Carnaval. Estou querendo transformar o Carnaval em dias úteis, mas estou

decidindo ainda. Mas Carnaval está cancelado em Cuiabá, não tem nem como”, comentou.

No decreto nº 8.289 que dispõe sobre as datas comemorativas de 2021 prevê ponto facultativo nos dias 15 e 16 de fevereiro e até às 14h do dia 17, quarta-feira de cinzas.

Medidas restritivas – O prefeito disse ainda que não teve adotar novas medidas restritivas na Capital. Emanuel ressaltou que agora o momento é de responsabilidade compartilhada e que não vai ficar baixando regras para “marmanjos” que tem conhecimento da gravidade e seriedade da doença.

“Vou cobrar da sociedade. Não adianta cobrar do prefeito e das autoridades gerais se você não se comporta como tal. A sociedade precisa trabalhar, as pessoas precisam trabalhar, o setor produtivo precisa trabalhar, gerar emprego, gerar renda, as pessoas precisam ganhar o seu salário”, disse.

“Não vai ser trancando todo mundo em casa,

no momento em que qualquer criança já sabe o que é covid-19 e sua gravidade, suas consequências e seus efeitos, não é enclausuramento generalizado, esse momento já passou. [...] Não adianta jogar só nas minhas costas, eu tenho e assumo e estou pronto para enfrentá-las, mas a sociedade, família cuiabana é responsável pelos seus atos”, destacou.

Projeto – O emedebista ainda anunciou que deve encaminhar à Câmara Municipal um projeto de lei que prevê medidas mais duras para as casas de espetáculos e congêneres que desrespeitem medidas de biossegurança contra a covid.

“Para essas situações de aglomerações que estamos assistindo constantemente, que é o grande foco de propagação do vírus, nós estaremos fazendo uma medida, uma lei específica para o período de covid-19, que vai dar advertência, suspensão ou até mesmo cancelamento do alvará de funcionamento, além de multa bem pesada”, disse.



Os festejos já estão cancelados e que agora analise a possibilidade de suspender o ponto facultativo na capital

DECRETO ESTADUAL

Novas medidas entram em vigor para frear contágio

Da redação

O governo de Mato Grosso editou decreto com novas medidas para prevenção e avanço do contágio da covid-19 no estado, tendo em vista o aumento da média móvel de casos, internações hospitalares e óbitos. Os prefeitos municipais deverão obrigatoriamente adotar as medidas estabelecidas neste decreto ou outras mais restritivas, sob pena de responder pelas eventuais consequências de seus atos.

As novas regras, assinadas pelo governador Mauro Mendes, foi publicada na última terça-feira (19.01) no Diário Oficial do Estado.

De acordo com o decreto, pelos próximos 45

dias fica proibida a realização de eventos sociais, festas, shows, atividades em casas noturnas e confraternizações com mais de 100 pessoas em espaços privados ou públicos, “inclusive o uso de logradouros públicos, onde haja aglomeração e consumo de bebidas alcoólicas”.

Já os eventos corporativos (organizados por instituições públicas ou privadas) devem respeitar as regras sanitárias e distanciamento social previstas no Decreto 522, de 12 de junho de 2020, a exemplo do distanciamento mínimo de 1,5m e uso de máscaras.

Quanto às atividades em bares, restaurantes e congêneres, está permitida a realização des-

de que com o máximo de 50% da capacidade do local, “tendo como base o metro quadrado e o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) entre as mesas/assentos”.

O documento autoriza as forças de Segurança do Estado de Mato Grosso a tomar todas as ações necessárias para fazer cumprir as novas medidas e também “possíveis normas municipais mais rígidas e/ou restritivas”.

SERVIDORES – Ainda no decreto está previsto que, em casos excepcionais, poderá ser feito o regime de revezamento de trabalho aos servidores dos órgãos públicos estaduais (não se aplicando aos terceirizados).

ALIANÇA POLÍTICA

Partido Verde almeja mais espaço no staff de Emanuel

Da redação

O presidente estadual do Partido Verde (PV), José Roberto Stopa, disse que o partido almeja ganhar mais espaço no staff do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Stopa, que também é vice-prefeito da Capital, comentou que as tratativas estão sendo feitas com “racionalidade” pela executiva municipal e pela bancada do PV na Câmara Municipal.

“A bancada do PV, que é composta de três vereadores, vamos estar junto com o prefeito Emanuel Pinheiro. Agora, dizer que o partido não almeja novos espaços, obviamente, seria hipocrisia dizer isso. Mas dentro de um contexto de razoabilidade quem está tratando isso

é a executiva municipal e os três vereadores”, disse em entrevista à imprensa na última segunda-feira (18).

Apesar de querer mais participação no Executivo, Stopa destacou que o partido está respeitando o limite de outras siglas que também ajudaram a eleger a chapa encabeçada pelo prefeito.

“Não ganhamos sozinho [a eleição], não foi só MDB, não foi só o PV, mas sim todos os partidos da aliança e até aqueles que, de repente, estavam em uma outra aliança em determinado momento chegaram à conclusão que a chapa Emanuel/Stopa era o melhor, esses partidos todos tem que ser contemplados”, comentou.

DÍVIDA – Stopa dis-

se que o PV vai assumir a dívida da campanha de reeleição do prefeito. No pleito do ano passado, Emanuel conseguiu arrecadar R\$ 3,3 milhões, mas gastou mais de R\$ 6 milhões, sobrando um déficit de R\$ 2,6 milhões.

Para pagar a dívida, a sigla deve arrecadar dinheiro através de campanhas virtuais como “vaquinha”.

“O PV de Mato Grosso não tem deputado federal, mas [o partido] tem deputado federal, [...] nós contribuimos com o fundo partidário, mas também vamos começar a organizar a partir de fevereiro vaquinhas virtuais enfim ter a participação daqueles que puderem contribuir no pagamento dessa dívida”, disse.

FIM DO VLT

Entidades dizem em carta que troca é "equivocada"

Gabriel Soares

Seis entidades que representam o setor metroferroviário no Brasil enviaram carta ao governo de Mato Grosso na última quinta-feira (21) afirmando que foi “equivocada” a decisão de trocar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês). As entidades afirmam estarem “preocupadas” porque o governo não teria apresentado estudos técnicos suficientes para justificar a mudança.

A mudança do modal foi anunciada pelo governador Mauro Men-

des (DEM) no dia 21 de dezembro de 2020. Segundo ele, a decisão foi tomada com base em estudos técnicos realizados pelo Grupo de Trabalho de Mobilidade Urbana, formado por técnicos dos governos federal e estadual.

“Comparando a visão do Governo que orientou essa mudança com a visão técnica do setor metroferroviário, baseada nos fatos e sustentada por estudos e projetos, conclui-se justamente pelo oposto, qual seja, que não há elementos técnicos suficientes que justifiquem a alteração do modal e que, no melhor inte-

resse público e benefício da sociedade, no menor prazo possível, as obras do VLT deveriam ser concluídas”, diz a carta enviada ao governador.

As entidades usaram uma matriz de análise similar à apresentada pelo governador, mas contestaram todos os apontamentos feitos pela equipe de Mauro, afirmando que a conclusão das obras do VLT seria mais vantajosa do que a troca de modal. Entre outros pontos, eles afirmam que há maior interesse público, menor custo para conclusão e a possibilidade de realização de uma Parceria Público-Privada (PPP), que

reduziria o custo da obra para o Estado.

“O projeto do VLT Cuiabá-Várzea Grande está muito avançado enquanto o do BRT está em fase ainda preliminar, sem estudos definitivos, projetos básicos, executivos, licenças ambientais... o que torna impossível avaliar a alternativa BRT corretamente e, menos ainda, compará-la com o VLT”, alegam as entidades.

O grupo aponta ainda que tem buscado marcar uma audiência com o governador desde outubro de 2020 para apresentá-lo os aspectos técnicos que envolvem a continuidade das obras do VLT,

mas não conseguiram. Por fim, propõem um amplo debate para definir

o futuro da mobilidade urbana em Cuiabá e Várzea Grande.

Gilberto Leite



Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês)

ESCOLAS PARTICULARES

Iniciada há uma semana, a mobilização conta com quase 2 mil adeptos e realizará 3º ato exigindo o retorno presencial neste domingo (24)

Mães apelam por retorno às aulas

Reprodução Instagram



Da Redação

O movimento "Escolas Abertas Cuiabá", que pede a retomada das aulas presenciais nas unidades de educação básica particulares, aumentou a pressão sob a gestão municipal. Criado há uma semana, o grupo já conta com quase 2 mil adeptos nas redes sociais e aplicativos de mensagens, que se organizam para a realização da sua 3ª carreta na capital, neste domingo (24). A expectativa é que a prefeitura de Cuiabá autorize via decreto, o retorno às aulas presenciais para o dia 2 de fevereiro.

Com o fechamento das escolas na pandemia, Francielle Claudino – mãe de quatro crianças, com idades entre 5 meses e 7 anos – se viu diante do desafio de alfabetizar a filha mais velha em casa. Ela até tentou buscar ajuda em cursos on-line com dicas de métodos de ensino, mas foi em vão.

"Foi e está sendo muito desgastante tentar fazer a alfabetização. Eu não tenho a técnica que um professor tem. Na presença da mãe, a criança também faz corpo mole e perde o foco, o papel do professor é fundamental", desabafa a servidora pública federal e uma das idealizadoras do movimento Escolas Abertas Cuiabá.

Inspirado no movimento de mesmo nome, iniciado em São Paulo no ano passado, Francielle observou que a capital mato-grossense estava atrasada

na cobrança por um posicionamento da gestão municipal.

"Vi muitas mães reclamando e ninguém tinha feito nada, o que é uma culpa nossa. Com o modelo de São Paulo, começamos nos mobilizar pelas redes e, em 24 horas, tínhamos 200 adeptos e realizamos a nossa 1ª carreta. Hoje já contamos com mais de 3 mil assinaturas pedindo o retorno do ensino presencial e já preparamos documentos para o caso de entrar com uma ação jurídica", revela.

Os participantes do movimento também questionam as razões pelas quais bares, restaurantes, shoppings centers e eventos para até 100 pessoas foram autorizados, mas o retorno das escolas não.

"A escola também é uma aliada no combate a pandemia, pois nela as crianças aprendem as práticas de higiene. Os professores têm a técnica certa para ensinar e o ambiente é controlado. O modelo já foi adotado em outros locais e tem funcionado de forma exitosa. A escola só está fechada por falta de vontade política", reclama Francielle.

Uma das exigências das mães e pais é que o município não adie mais o retorno das aulas. Apontam que o caso deve ser tratado com equidade, pois o momento vivido na rede privada é diferente da pública.

"Queremos a abertura das escolas, especialmente das particulares, que já investiram recursos para se adaptarem ao momento e estão prontas. Queremos o retorno, no mínimo, para o dia 2 de fevereiro e não em março. Entendo que para o prefeito deve ser complicado decidir pelas particulares e deixar a pública de fora,



A 3ª carreta será realizada no último domingo (24), com concentração na frente do Parque Tia Nair em Cuiabá

por ainda não estarem preparadas. No entanto, a situação é diferente e não é possível ser tratado igual, infelizmente, as diferenças são gritantes", justifica a porta-voz do movimento.

Segundo Francielle, a rede privada já demitiu mais de 1,1 mil professores, outro grupo está recebendo a metade dos salários e mais de 30 escolas em Cuiabá já quebraram. A mobilização também pede agilidade na reabertura das unidades públicas.

"Somos sensíveis à causa de todas as mães que estão em casa com seus filhos, sem escola. O movimento é aberto a todos e pedimos por elas também", pondera.

PARTICIPE - A 3ª carreta do movimento Escolas Abertas em Cuiabá será realizada neste domingo (24), com concentração em frente ao Parque Tia Nair, a partir das 15h30.

60% MAIS BARATO

Transporte intermunicipal teve redução na tarifa

Da Redação

A população mato-grossense pode se locomover pagando 60% mais barato no valor da tarifa do transporte intermunicipal de passageiros em 2021. A informação foi divulgada por Luis Alberto Nespolo, presidente da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso (Ager-MT).

O principal fato para esse desconto foi a contratação emergencial de empresas operadoras, dando mais opções aos usuários. "Essa contratação já na atual gestão resultou em um grande retorno tanto para o usuário quanto para o Estado. Ao usuário, a redução de até 60% no preço da passagem no transporte intermunicipal; para o Estado, o imposto arrecadado que pode ser investido em outras áreas e no próprio

setor de transporte", explicou Nespolo.

Atualmente há duas categorias de contrato: a diferenciada, com percursos de longa distância, que, por oferecer um serviço de melhor qualidade e maior rapidez entre a saída e o destino, tem uma passagem mais cara; e o básico, com percursos menores, com mais paradas e, por isso, tem a passagem mais barata.

Com a crise sanitária causada pelo coronavírus, o setor de transportes também foi afetado. Por conta da pandemia, alguns decretos impediram o transporte intermunicipal de passageiros, e a Ager precisou editar uma resolução, em abril de 2020, que definiu procedimentos e orientações às empresas.

"Além disso, intensificamos a fiscalização como rotina semanal, fazendo com que as orien-

tações e regras definidas fossem cumpridas, entre elas a de que somente 50% dos passageiros (sentados) fossem transportados por veículo na Baixada Cuiabana", destacou Nespolo.

Segundo ele, fiscalizações planejadas nos entroncamentos rodoviários também aumentaram e no ano passado 2.300 abordagens foram feitas, com 85 apreensões. "A fiscalização foi estabelecida como rotina semanal, fazendo com que as orientações e regras definidas fossem cumpridas, entre elas a de que somente 50% dos passageiros (sentados) fossem transportados por veículo na Baixada Cuiabana".

Agora em janeiro, em comum acordo com a empresa responsável, a Ager autorizou o início da cobrança no valor da tarifa que passou a ser de R\$ 4,10.

CASO ISABELE

TJ nega liberdade para atiradora que matou amiga

Da Redação

O desembargador Juvenal Pereira da Silva, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), negou no início da tarde desta sexta-feira (22) um pedido de liberdade feito pela defesa da adolescente de 15 anos condenada a três anos de internação pela morte de Isabele Guimarães Ramos, em julho de 2020, no condomínio Alphaville.

A defesa da família da atiradora, patrocinada pelo advogado Artur Osti, entrou com o pedido horas depois de sair a sentença proferida pela juíza Cristiane Pádim da Silva, da 2ª Vara Especializada da Infância e Juventude

de Cuiabá, na última terça-feira (19).

Com a negativa da Justiça, a adolescente permanecerá internada no Centro de Ressocialização Menina Moça. Ela está em uma cela separada das demais internas por questões de segurança.

Os pais da atiradora também foram indiciados pela Justiça e aguardam julgamento.

RELEMBRE O CASO - No dia 12 de agosto, o laudo da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) apontou que a pessoa que matou Isabele estava com a arma apontada para o rosto da vítima, a uma distância que pode variar entre 20 e 30 cm, e a 1,44 m de altura.

A reconstituição do crime foi feita no dia 19 de agosto.

A polícia indiciou a autora do tiro, que tem 15 anos, por ato infracional análogo a homicídio doloso no dia 2 de setembro. A investigação concluiu que a versão apresentada por ela, no decorrer do inquérito, era incompatível com o que aconteceu no dia da morte e que a conduta da suspeita foi dolosa, porque, no mínimo, assumiu o risco de matar a vítima.

O Ministério Público Estadual (MPE) acusou a amiga de matar Isabele — ato infracional análogo ao crime de homicídio doloso, quando há intenção ou assume

o risco de matar — e no dia 10 de setembro pediu a internação provisória dela.

Seis dias depois, a Justiça aceitou o pedido do MPE, ordenou a internação da menina e deu início ao processo que tramita em sigilo. No entanto, a internação durou menos de 12 horas, porque a Justiça concedeu um habeas corpus a pedido da defesa dela. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso manteve a adolescente em liberdade até a conclusão do processo, com medidas cautelares, como não sair depois de meia-noite de casa e não ingerir bebida alcoólica.

No processo, que está em sigilo, as tes-

temunhas de defesa e acusação já foram ouvidas.

Os pais da adolescente que matou Isabele também se tornaram réus no dia 17 de novembro por homicídio culposo (quando não há intenção de matar), posse ilegal de arma de fogo, entrega de arma de fogo a pessoa menor, fraude processual e corrupção de menores. O processo ainda está tramitando e não houve pedido de prisão dos pais.

O pai do namorado da adolescente que matou Isabele é dono da arma usada no crime. Ele e o filho, que levou a arma até a casa da ré no dia da morte, também foram denun-

ciados pelo MPE e se tornaram réus no dia 2 de setembro.

O dono da arma usada no crime é pai do namorado da adolescente que matou Isabele. Ele e o filho, que levou a arma até a casa da ré no dia da morte, também foram denunciados pelo MPE e se tornaram réus no dia 2 de setembro.

O pai responde por omissão de cautela na guarda de arma de fogo, já que teria obrigação de guardar as armas em local seguro. Já o adolescente responde por ato infracional análogo ao porte ilegal de arma de fogo, porque transitou armado sem autorização.

PEQUENOS NEGÓCIOS

Crescimento na procura por crédito bancário não foi acompanhado pela abertura de novas empresas; analista alerta para aumento do endividamento

Busca por empréstimos dobrou

Gabriel Jabur/Agência Brasília

**Da redação**

Os donos de pequenos negócios no Brasil buscaram duas vezes mais crédito bancários em 2020 do que o ano anterior. A constatação veio da pesquisa anual realizada pelo Sebrae Nacional, que identificou que a busca por empréstimos, nesse grupo, cresceu de 18% dos empresários para 38% nos últimos seis meses. O Pronampe, criado na pandemia pelo governo federal, respondeu por mais da metade dos empréstimos novos, com 55%.

Os recursos foram utilizados principalmente para capital de giro. Entre os novos empréstimos ou financiamentos tomados, 55% foram feitos por meio do Programa Nacional de

Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Os dados constam da 8ª edição da Pesquisa “Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil”, produzida pelo Sebrae entre os dias 14 de setembro e 11 de novembro de 2020.

No momento mais crítico da pandemia, segundo trimestre do ano passado, também aumentou em 35% o volume de crédito concedido pelos bancos, em comparação com o 2º trimestre de 2019. O valor concedido saltou de R\$ 65 bilhões no segundo trimestre de 2019 para R\$ 87 bilhões no mesmo período de 2020.

Essa expansão do crédito bancário no ano passado não veio acompanhada pelo aumento do número de novas empresas. A maioria dos que recorreram aos empréstimos já possuíam algum acesso às entidades bancárias.

“O governo federal disponibilizou recursos com juros baixos, mas não foram criadas linhas de crédito, mas sim um sistema de ga-

rantias. No entanto, os bancos não mudaram sua sistemática de análise e, por isso, boa parte dos recursos concedidos foram para pessoas que tinham condições para acessar o crédito ou já possuíam uma relação com o banco”, explica Fábio Apolinário, analista técnico do Sebrae-MT.

Para o analista, o volume de crédito adquirido em 2020 aponta para mais endividamento no futuro. Somado a isso está a preocupação com o fim do prazo das prorrogações feitas no ano passado.

“Muitos pegaram recursos na pandemia com carência e agora vão ter que começar a pagar. Na prática, você teve um aumento do endividamento. Empresas que puderam aproveitar os juros e quitar ganharam com isso, mas quem pegou o recurso e deixou para pensar como pagar depois pode enfrentar problemas”, alerta Fábio.

Conforme o levantamento, entre os ramos dos pequenos negócios, a expansão do volume



A maioria dos empresários que recorreram aos empréstimos já possuíam algum acesso às entidades bancárias

de crédito ficou concentrada nas Empresas de Pequeno Porte (EPP), com 83% das novas concessões, contra 12% das microempresas e 5% no caso dos micro-

empreendedores individuais (MEI).

“As empresas de pequeno porte são mais consolidadas junto ao sistema financeiro e o banco tende a empresar

mais a elas, por terem mais tempo no mercado e porque tem faturamento maior neste grupo, ou seja, vendem quinze vezes mais que a micro”, explica o analista.

VEJA OUTROS NÚMEROS APRESENTADOS PELA PESQUISA:

*Em 2020, apesar de uma forte contração das fontes de financiamento (extra bancário), aumentou a proporção de pequenos negócios que utiliza recursos de bancos oficiais (de 8% para 13%).

*Número total de pequenos negócios tomadores de crédito passou de 5,8 mi-

lhões no 2º trimestre de 2019 para 5,9 milhões no 2º trimestre de 2020.

*Análise da pesquisa desde 2013 (1ª edição), mostra que 2020 registrou a maior proporção de pequenos negócios que tomou empréstimos em bancos como PJ (79%).

*Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil lideram o ranking dos bancos mais procurados pelos pequenos negócios, mas as instituições financeiras não tradicionais, como o Sicoob, Banpará e Sicredi são mais bem avaliadas em termos de satisfação.

*Enquanto a demanda por capital de giro aumentou nos últimos 6 meses, as demais tiveram queda, como por exemplo, empréstimo para reforma ou ampliação do negócio e compra de máquinas e equipamentos.

MARCO HISTÓRICO

Após 35 anos, Mato Grosso volta à elite do futebol

Gabriel Soares

Há 35 anos a estrela de Mato Grosso não brilhava entre os clubes da elite do futebol brasileiro. Uma história que começa a mudar com a chegada do Cuiabá à Série A, confirmada na última sexta-feira (22). O acesso tem gosto de título e confirma uma campanha brilhante do Dourado, marcada por altos e baixos, incluindo uma traição de última hora em um dos momentos mais importantes da história do time.

Fundado em 2001, o Cuiabá pode dizer com orgulho que teve uma trajetória rápida de sucesso. Em seus poucos anos de existência, deixou para trás as demais equipes de Mato Grosso. Já ganhou nove vezes o campeonato Mato-grossense, chegou onde nenhum outro time de nosso estado já tinha chegado na Copa do Brasil e, de quebra, é agora ‘o caçula’ na próxima temporada da Série A.

Até agora, apenas três clubes mato-grossenses chegaram a disputar a primeira divisão do Brasileirão: os também cuiabanos Dom Bosco e Mixto e o Operário de Várzea Grande.

A temporada de 2020 começou muito bem para o Dourado, que conseguiu engatar uma série de 15 jogos sem perder. Contudo, já quase no final de 2020, em novembro, o time levou um baita tombo no meio da temporada, com a saída abrupta do técnico Marcelo Chamusca. Após fechar com o Fortaleza, Chamusca deixou

o time na mão no dia em que o time enfrentaria uma partida decisiva - e histórica - contra o Grêmio, nas quartas de final da Copa do Brasil.

Abalado, o Dourado acabou eliminado da Copa do Brasil e passou por uma fase difícil.

Nos meses que se seguiram, o time sofreu 7 das 12 derrotas deste ano. Quando Chamusca saiu, o Dourado estava em primeiro lugar na Série B, mas a sequência de derrotas o jogou para o meio da tabela, lançando dúvidas sobre a pos-

sibilidade de acesso à elite do futebol brasileiro.

Uma semana depois da saída de Chamusca, Allan Aal fechou contrato para ser o novo técnico do Cuiabá. Pegou um time que, apesar da campanha brilhante até então, estava

com o moral em baixa. Logo de cara, viu como seu principal desafio a recuperação da autoestima dos jogadores, tarefa nada fácil, que acabou agravada por um surto de covid-19 no elenco.

As primeiras rodadas sob seu comando foram marcadas por uma sequência de derrotas, aliviada apenas pela vitória pouco expressiva sobre o Avai na 24ª rodada. Nos bastidores do futebol, chegou-se até a falar que Allan não duraria muito tempo no comando do Dourado. Pura besteira.

Com um choque no comando, Allan convocou reforços, fez mudanças no time e colocou o Cuiabá ‘de volta nos trilhos’. O time não apenas recuperou o brilho do começo da temporada, mas conseguiu atingir seu maior objetivo e fazer história no futebol mato-grossense ao garantir uma vaga na Série A. Ainda neste ano, veremos nossos craques entre os grandes nomes do futebol brasileiro.

COPA VERDE - Antes de iniciar uma nova campanha na elite brasileira, o Cuiabá tentará conquistar o tricampeonato da Copa Verde, mantendo o troféu conquistado em 2019 com a vitória sobre o Paysandu. Devido à posição no ranking nacional de times da CBF, em 43º lugar, o Cuiabá já começa nas oitavas de final da competição, encarando o Aparecidense-GO nesta segunda-feira (25). Uma sequência de jogos cansativa para os cuiabanos, mas recompensadora. Avante Dourado!



Com apenas 20 anos de existência, Cuiabá é o ‘caçula’ da Série A do Brasileirão

cuiaba.mt.gov.br

**A pandemia não acabou,
não feche os olhos pra ela.**

**Proteja quem você ama.
Ao sair de casa, cuide-se.**

